A revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos

Plano de Formação Contínua 2015-2016 – Ação de Formação Contínua Tipo B

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

OBJETIVOS: Analisar as alterações legislativas introduzidas ao direito processual administrativo, no que respeita ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos. Destacar as alterações no âmbito da jurisdição dos Tribunais Administrativos, manifestadas no alargamento da sua competência material, na nova forma de processo urgente (procedimento por massa) e as alterações do regime e tramitação da ação administrativa, assim como a aproximação ao regime processual civil.

Merecerão ainda atenção a intimação para prestação de informação e passagem de certidão, no que respeita à relação entre a fase administrativa e a fase contenciosa e o papel da CADA, as novas indemnizações por sacrifício, o âmbito da intervenção processual do Ministério Público no contencioso administrativo, o regime das providências cautelares e da tutela urgente e a ação de contencioso pré-contratual.

Lisboa, 17 e 18 de dezembro 2015 – Centro de Estudos Judiciários – Largo do Limoeiro

PROGRAMA

1º dia – 17 de dezembro

Manhã

9h45 Abertura

António Francisco de Almeida Calhau,
Juiz Conselheiro, Presidente do STA e do CSTAF

Helena Ribeiro,
Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

António Pedro Barbas Homem
Diretor do Centro de Estudos Judiciários

10h15 Linhas mestras da revisão do contencioso administrativo

Fausto Quadros
Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

11h15 Novidades e desafios sobre o âmbito da jurisdição administrativa

Luís Filipe Colaço Antunes
Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

12h15 DEBATE

Moderação: **Teresa Naia**
Procuradora Geral Adjunta, TCA Norte

Tarde

14h30 A nova Acção Administrativa

Ana Celeste Carvalho
Juíza Desembargadora do TCA Sul. Coordenadora da Jurisdição Administrativa e Fiscal e Docente do Centro de Estudos Judiciários

15h30 Alteração da instância e convolução processual

Sofia David
Juíza Desembargadora do TCA Sul e Docente do Centro de Estudos Judiciários

16h15 Reflexos da revisão do direito processual administrativo na actuação do Ministério Público

Conceição Ligeiro
Procuradora Geral Adjunta, TCA Sul

17h00 DEBATE

Moderação: **Ana Carla Palma**
Juíza de Direito no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Sede: Largo do Limoeiro 1149-048 Lisboa, Tel : 218 845 600 fax: 218 845 615 cej@mail.cej.mj.pt www.cej.mj.pt

Núcleos: **COIMBRA** – Rua João Machado, 19 – 3º C, 3000-226 Coimbra, Tel: 239834924 Fax: 239828693 * **PORTO** – Rua de Camões, n.º 155, 6.º piso (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), 4049-074 Porto, Tel: 222031299 Fax: 222008944

A revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos

Plano de Formação Contínua 2015-2016 – Ação de Formação Contínua Tipo A
Destinatários: Juízes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

OBJETIVOS: Analisar as alterações legislativas introduzidas ao direito processual administrativo, no que respeita ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos. Destacar as alterações no âmbito da jurisdição dos Tribunais Administrativos, manifestadas no alargamento da sua competência material, na nova forma de processo urgente (procedimento por massa) e as alterações do regime e tramitação da ação administrativa, assim como a aproximação ao regime processual civil.

Merecerão ainda atenção a intimação para prestação de informação e passagem de certidão, no que respeita à relação entre a fase administrativa e a fase contenciosa e o papel da CADA, as novas indemnizações por sacrifício, o âmbito da intervenção processual do Ministério Público no contencioso administrativo, o regime das providências cautelares e da tutela urgente e a ação de contencioso pré-contratual.

Lisboa, 17 e 18 de dezembro 2015 – Centro de Estudos Judiciários – Largo do Limoeiro

PROGRAMA 2º dia – 18 de dezembro

Manhã

9h45 Meios pré-cautelares, cautelares e seus incidentes (comuns e em procedimentos de formação de contratos)

Ana Gouveia Martins
Advogada e Docente Universitária

10h30 Alterações ao contencioso pré-contratual

Margarida Olazabal Cabral
Advogada

11h30 Alterações ao regime da Intimação à prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

José Renato Gonçalves
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

12h15 DEBATE

Moderação: **Teresa de Sousa**
Juíza Conselheira do STA

12h45 Pausa para almoço

Tarde

14h30 Reforma do contencioso eleitoral

Maria Cristina Gallego Santos
Juíza Desembargadora do TCA Sul

15h15 Procedimentos em Massa

Isabel Celeste da Fonseca
Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

16h00 Repercussões do Novo Código de Procedimento Administrativo no direito processual administrativo

Carlos Cadilha
Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional

16h45 DEBATE

Moderação: **Jorge Pelicano**
Juiz de Direito do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

17h15 ENCERRAMENTO

Ana Celeste Carvalho, *Juíza Desembargadora do TCA Sul e Coordenadora de Jurisdição no CEJ*

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Sede: Largo do Limoeiro 1149-048 Lisboa, Tel : 218 845 600 fax: 218 845 615 cej@mail.cej.mj.pt www.cej.mj.pt

Núcleos: **COIMBRA** – Rua João Machado, 19 – 3º C, 3000-226 Coimbra, Tel: 239834924 Fax: 239828693 * **PORTO** – Rua de Camões, n.º 155, 6.º piso (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), 4049-074 Porto, Tel: 222031299 Fax: 222008944